

Procedimento concursal comum com vista à ocupação de 2 postos de trabalho previstos e não ocupados no mapa de pessoal do Município de Cascais da carreira e categoria de assistente operacional, na área da ação educativa, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado

ATA N.º 3

Aos vinte e três dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e três, pelas 10h03, reuniu, nas instalações do Departamento de Recursos Humanos, sito no Edifício Cascais Center localizado na Rua Manuel Joaquim Avelar, n.º 118, piso 1, 2750-421 Cascais, o Júri do procedimento concursal comum com vista à ocupação de dois postos de trabalho previstos e não ocupados no mapa de pessoal do Município de Cascais da carreira e categoria de assistente operacional, na área da ação educativa, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, aberto por deliberação da Câmara Municipal de Cascais de 24 de janeiro de 2023, que recaiu sobre a proposta n.º 69/2023 e publicado no Diário da República sob o Aviso n.º 6619/2023, 2.ª série, n.º 64 e na Bolsa de Emprego Público (BEP) com o código de oferta n.º OE202303/1080, ambos de 30 de março, encontrando-se presentes os seguintes membros:

Presidente: João Bento Vitorino, Diretor do Departamento de Educação.

Vogais Efetivos:

- Isabel Almeida, Coordenadora Técnica do Gabinete de Coordenação e Gestão, do Departamento de Educação;
- Vera Calha, Chefe da Unidade de Apoio Técnico

Vogais Suplentes:

- Ana Costa, Técnica Superior da Unidade de Apoio Técnico;
- Inês Mourato, Técnica Superior da Divisão de Recrutamento e Gestão de Mobilidade.

1. A reunião do Júri teve por objetivo a apreciação das alegações eventualmente apresentadas pelos candidatos excluídos, em sede de audiência prévia, ao abrigo do preceituado no n.º 4 do artigo 16.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, doravante designada por "Portaria", e no artigo 121.º do Código de Procedimento Administrativo e a subsequente elaboração das listas definitivas dos candidatos admitidos e excluídos no presente procedimento concursal.

2. Decorrido o prazo estipulado para o efeito, verificou-se que a candidata **Sara Reis de Carvalho**, após a notificação da intenção da exclusão da sua candidatura a 1 de junho de 2023, remeteu o documento comprovativo da escolaridade por si detida, nomeadamente o Certificado de Educação e Formação emitido pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional a 16 de junho de 2008, através do qual se certifica que a candidata possui o 9.º ano de escolaridade, o que atendendo ao seu ano de nascimento corresponde à sua escolaridade mínima obrigatória, razão pela qual o Júri determinou reverter a intenção de exclusão da sua candidatura e considerá-la admitida ao presente procedimento concursal.

3. A candidata **Lídia Maria Silva**, na sequência da notificação da intenção de exclusão da sua candidatura por extemporânea, remeteu o seu Curriculum Vitae e o Certificado de Habilitações por

Patel
B.
A. A.
↓

email datado de 9 de junho, o que não altera a decisão do Júri de a excluir do presente procedimento concursal por extemporaneidade da sua candidatura.

4. A candidata **Fernanda Maria da Costa Jorge da Silva Rocha** veio, também em sede de audiência de interessados, remeter certidão de registo de reconhecimento de licenciatura conferida por instituição de ensino estrangeira emitida pela Universidade de Lisboa datada de 15 de maio do corrente, pelo que o Júri deliberou admitir a sua candidatura ao presente procedimento concursal.

5. Também a candidata **Kênia Karla da Conceição dos Santos Prata**, no âmbito da audiência dos interessados, enviou certificado emitido pelo Agrupamento de Escolas de Alvide, de 7 de junho de 2023, no qual se certifica a equivalência concedida à sua conclusão do ensino médio (2.º Grau) (EE de Ensino Fundamental e Médio São João Batista) ao 12.º ano de escolaridade do ensino secundário, o que motivou o Júri a admitir a sua candidatura ao presente procedimento concursal.

6. Por fim, a candidata **Ana Luísa Gomes Salomé**, após a notificação a 2 de junho do corrente da admissão da sua candidatura, veio reforçar que possui as competências necessárias para o desempenho das funções colocadas a concurso.

7. A 30 de maio do corrente, a candidata **Bruna Filipa Mourinha Lopes** remeteu a sua candidatura ao presente procedimento concursal, sendo que a mesma se considera extemporânea uma vez que a data limite de envio de candidaturas era até dia 14 de maio, inclusive.

10. Na sequência da análise das exposições remetidas pelas candidatas supra identificadas, o Júri elaborou as listas definitivas dos candidatos excluídos (anexo I) e dos candidatos admitidos (anexo II), sendo que ambas fazem, para todos os efeitos, parte integrante desta Ata.

8. Em momento posterior, o Júri promoveu a averiguação das candidaturas admitidas com o intuito de aferir se algum dos candidatos se encontra (comprovadamente) a cumprir ou a executar a atribuição, competências ou atividades caracterizadoras do posto de trabalho concursado, devendo, por conseguinte, ser submetido aos métodos de seleção obrigatórios, "Avaliação Curricular" e "Entrevista de Avaliação de Competências", não tendo feito uso da prerrogativa que lhe assiste de afastar, por meio de declaração escrita, a aplicação dos indicados métodos de seleção, tal como resulta do disposto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 36.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP) aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação, que da mesma é parte integrante.

9. Nesse sentido, apurou-se que a candidata **Doriceia Lúcia de Oliveira** comprovou que se encontra a desempenhar funções idênticas às caracterizadoras dos postos de trabalho concursados e não manifestou intenção de afastar a aplicação dos métodos de seleção obrigatórios anteriormente enunciados, tendo o Júri deliberado nessa sequência, e excecionando esta candidata, submeter os demais candidatos admitidos ao método de seleção "Prova de Conhecimentos", cfr. preceituado na alínea a) do n.º 1 do art. 36.º da LTFP e da alínea a) do n.º 1 do art.º 17.º da Portaria, os quais serão, nos termos e para os efeitos do disposto no art.º 6.º do mesmo diploma, oportunamente notificados para a respetiva realização, que terá a duração de uma hora e trinta minutos (única fase), com 15 (quinze) minutos de tolerância, em dia e hora a definir em momento subsequente e

cuja convocatória será também publicada no sítio do Município de Cascais na internet em www.cascais.pt/sub-area/recursos-humanos.

Nada mais havendo a tratar foi encerrada a reunião, pelas 11h57, da qual foi elaborada a presente Ata, que, depois de lida e votada nominalmente, foi aprovada por unanimidade e vai ser assinada pelos elementos do Júri presentes.

O Júri



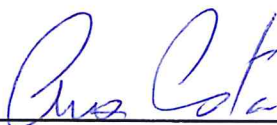
Presidente



Vogal Efetivo



Vogal Efetivo



Vogal Suplente



Vogal Suplente